

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Sr. José Adelino da Silva Sardinha. \_\_\_\_\_

Hora de Abertura: dezasseis horas. \_\_\_\_\_

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. \_\_\_\_\_

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, do Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, estando em sua representação o Sr. José Adelino da Silva Sardinha, tendo o pedido sido aceite. \_\_\_\_\_

Manifestou a sua congratulação pela **inauguração da Empresa Pública FLORESTGAL**, no passado dia 20 de março, com a presença do Sr. Primeiro-Ministro António Costa, estando também presentes, outros Ministros e Secretários de Estado, bem como outras entidades, sendo sem dúvida uma mais-valia para o concelho a escolha de Figueiró dos Vinhos para receber a primeira empresa pública de gestão e desenvolvimento florestal do país. Figueiró dos Vinhos está de parabéns, será um impacto bem significativo para o progresso e desenvolvimento local. Destacando os Protocolos de Parceria que a referida empresa fez com a FICAPE e outras Entidades. Embora os convites tenham sido endereçados por parte do Ministério da Agricultura, os trabalhadores do município prestaram o apoio logístico que foi necessário, naquela inauguração, agradecendo, assim, essa prestação. \_\_\_\_\_

Também deu conhecimento da seguinte Informação Interna n.º 18/2019 emitida pelo Gabinete de Comunicação, Imagem e Organização de Eventos, relativa ao **Carnaval de 2019**: \_\_\_\_\_

“Na sequência do convite feito a várias associações e bairros para sua participação no Carnaval 2019, a Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas e a ARCRA – Associação Recreativa e Cultural da Ribeira de Alge responderam afirmativamente tendo sido previsto verba Para atribuição do subsídio de apoio a este atividade. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

As duas associações vieram posteriormente informar este Município da sua desistência, conforme se comprova nas comunicações anexas. Neste sentido, e porque na data comunicada já tinha sido atribuída a 1.ª tranche do subsídio à ARCRA, há necessidade de reverter no pagamento feito a esta associação. No caso da Associação de Estudantes o pagamento não chegou a ser feito embora a verba tenha ficado prevista”. \_\_\_\_\_

Os Srs. Vereadores tomaram conhecimento. \_\_\_\_\_

Por último o **Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, fez referência ao convívio realizado no passado dia 23 de março entre os trabalhadores dos Municípios de Figueiró dos Vinhos e Cantanhede, com a realização de um jogo de futebol, louvando a iniciativa, e a forma como foram recebidos em Cantanhede, encontro que correu muito bem, muito agradável, sendo o próximo convívio em Figueiró dos Vinhos, em data a designar. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação à Empresa Pública FLORESTGAL, também manifestou a sua congratulação pelo facto da mesma estar sediada finalmente em Figueiró dos Vinhos, dando início efetivamente aos trabalhos que a referida empresa vai levar a cabo, desejando as maiores felicidades, o sucesso daquela empresa é também o sucesso de Figueiró dos Vinhos, sendo um projeto ambicioso e interessante, deixando grandes expetativas pela forma como foi apresentado aquando da inauguração, no passado dia 20 de março. \_\_\_\_\_

Prosseguiu sugerindo a atribuição de um **Voto de Pesar e Solidariedade** pelas consequências da passagem do ciclone Idai por Moçambique, que leu e se transcrevem na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Voto de Pesar e Solidariedade**

***Pelas consequências da passagem do ciclone Idai por Moçambique***

Foi com profunda consternação que tomámos conhecimento das trágicas consequências da passagem do ciclone *Idai* pelo território moçambicano, no passado dia 15 de março, provocando centenas de vítimas mortais, milhares de feridos e um expressivo número de deslocados, assim como avultados prejuízos materiais. A dimensão da tragédia interpela-nos particularmente, porque se trata do país irmão de Moçambique onde vivem e trabalham concidadãos Figueiroenses e do Povo de Moçambique, e de Nampula, cidade, com que somos geminados. \_\_\_\_\_

No momento em que decorrem ainda os esforços das Autoridades e Associações não Governamentais para

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

prestar auxílio às muitas vítimas, o Executivo da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em reunião ordinária de 25 de março de 2019, associa-se, na sua dor às populações afetadas e transmite ao Governo Moçambicano e às famílias das vítimas o seu mais sentido pesar. \_\_\_\_\_

Depois de aprovado o Voto de Pesar e Solidariedade deve ser enviado ao Governo Moçambicano e à sua Embaixada em Portugal. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 25 de março de 2019 \_\_\_\_\_

Luís Filipe Silva

Vereador”

Outro assunto que trouxe, tem a ver com a **Esterilização de animais**, documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS**

A maior parte do sofrimento dos animais de companhia é, de longe, resultado da sua superpopulação, situação que leva a que todos os dias cães e gatos sejam vítimas de abandono, maus-tratos, morte por atropelamento e abate nos canis e gatis municipais portugueses. \_\_\_\_\_

Combater esta triste realidade está nas mãos de todos nós, evitando que os nossos animais de companhia se reproduzam e educando os nossos vizinhos e conhecidos para a importância da esterilização. \_\_\_\_\_

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não -governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população. \_\_\_\_\_

Neste sentido, o XXI Governo constitucional, empenhado em assegurar os objetivos apontados na referida lei, e por forma, a dar continuidade ao que já tinha realizado durante os anos de 2017 e 2018, determina, para 2019, tal como previsto no n.º 2 do artigo 108.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, a realização de uma campanha de esterilização de cães e gatos, em cooperação com os municípios e outras entidades envolvidas nesta área conforme previsto no n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio financeiro de 500.000 euros para a realização de intervenções de esterilização de cães e gatos de companhia. \_\_\_\_\_

A campanha de apoio à esterilização, aprovada pelo presente despacho termina, consoante o que ocorrer mais cedo, no dia 30 de novembro de 2019, podendo beneficiar do apoio financeiro os municípios mediante

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

manifestação dessa intenção e preenchimento de formulário disponível no sítio da internet da DGAV. \_\_\_\_

As câmaras podem esterilizar os animais que entenderem: do canil, errantes, programa CED, animais dos munícipes carenciados. \_\_\_\_\_

Esterilizar os animais dos canis que são, de facto, os obrigatórios pela Lei 27/201 não chega sem esterilizar os que estão cá fora a reproduzir-se pelo que é de todo o interesse, também das câmaras, alargar o leque dos animais abrangidos. \_\_\_\_\_

Seria benéfico para todos os Figueiroenses e para os animais errantes que proliferam um pouco por todo o concelho que a Câmara Municipal se interessasse por este assunto e pudesse colocar em prática os apoios que são concedidos. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 25 de março de 2019 \_\_\_\_\_

Luís Filipe Silva  
Vereador”

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, manifestou o seu regozijo, satisfação e apreço pela inauguração recente das instalações da Empresa pública Florestgal, cerimónia para a qual havia sido convidado. Referiu a este propósito que aquela iniciativa tinha sido importante também para divulgar o concelho para além das suas fronteiras já que tinha contado com a presença do Primeiro-Ministro, Ministros e outros governantes, que haviam contribuído para valorizar a inauguração, dando-lhe uma maior visibilidade junto da opinião pública o que naturalmente era importante para o concelho. \_\_\_\_\_

Reafirmou a sua convicção que os fins, propósitos e objetivos desta Empresa poderão ter um impacto muito positivo na política de defesa da floresta contra incêndios, acreditando no sucesso e concretização da estratégia que pretende prosseguir. \_\_\_\_\_

Finalmente felicitou o Presidente do Conselho de Administração da Florestgal, conterrâneo de Figueiró dos Vinhos e profundo conhecedor da área da proteção civil e do nosso Território, Dr. José Miguel Medeiros a quem desejou o maior sucesso no desempenho das suas funções. \_\_\_\_\_

Na sequência da proposta apresentada pelo Sr. Vereador do PSD Filipe Silva, o Vereador Carlos Lopes disse estar no essencial de acordo com a mesma nomeadamente no que respeita à defesa dos direitos dos animais, saúde pública e preocupações evidenciadas, referindo contudo que é importante saber o que se está a fazer do ponto de vista técnico nesta matéria, sendo na sua perspectiva essencial envolver o Veterinário Municipal que deverá propor as medidas mais adequadas que permitam atingir os objetivos desejados. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, em relação ao **Voto de Pesar e Solidariedade** ao povo de Moçambique, referiu estar inteiramente de acordo com a sugestão apresentada, pondo de imediato à consideração dos Srs. Vereadores, que dada a sua anuência, o Voto de Pesar e Solidariedade foi aprovado por unanimidade. \_\_\_\_\_

Voltando ao uso da palavra, referiu que relativamente à **esterilização de animais**, estão em perfeita sintonia e, considerando os aconselhamentos do Sr. Veterinário Municipal, está-se, obviamente a trabalhar nesse sentido, estabelecendo parcerias com Clinicas Veterinárias na perspetiva de negociar a esterilização de animais, estando numa fase bem adiantada. Também focou a parceria que o município tem com o Canil de Proença-a-Nova. Adiantou ainda, que através do Centro Investe vão apresentar uma candidatura para a possibilidade de investimento para este fim. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 06/2019 de 13/03/2019, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. \_\_\_\_\_

**3. BALANCETE, PAGAMENTOS E OUTROS:**

**OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS**

**O Senhor Presidente** informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia treze de março de dois mil e dezanove e o dia vinte e dois de março de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 451.075,06 € (quatrocentos e setenta e um mil setenta e cinco euros e sessenta e oito mil setecentos e setecentos e três euros e seis cêntimos). \_\_\_\_\_

Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 535/2019 (quinhentos e trinta e cinco barra dois mil e dezanove) a 662/2019 (seiscentos e sessenta e dois barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de Orçamentais, na importância de 336.978,64€ (trezentos e trinta e seis mil novecentos e setenta e oito euros e sessenta e quatro cêntimos) \_\_\_\_\_

**OPERAÇÕES TESOURARIA**

**O Senhor Presidente** informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia treze de março de dois mil e dezanove e o dia vinte e dois de março de dois mil e dezanove, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 37.759,29€ (trinta e sete mil setecentos e cinquenta e nove euros e vinte e nove cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob os números 80/2019 (oitenta barra dois mil e dezanove), respeitantes a despesas de operações de tesouraria, na importância 418,50 € (quatrocentos e dezoito euros e cinquenta cêntimos). \_\_\_\_\_

**O Senhor Presidente**, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia vinte e dois de março de dois mil e dezanove, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 96.327,30 € (noventa e seis mil trezentos e vinte e sete euros e trinta cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 59.330,93€ (cinquenta e nove mil trezentos e trinta euros e noventa e três cêntimos). \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**OUTROS**

**O Senhor Presidente** deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: \_\_\_\_\_

Relação dos despachos referentes aos autos de medição e faturas de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços no período entre 08.03.2019 a 20.03.2019. \_\_\_\_\_

Relação dos requerimentos referentes às obras particulares no período de 19.03.2019 a 25.03.2019.

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

**4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:**

**Despachos proferidos pelo Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, datados de 13 e 15 de março de 2019:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Vereador, relativos à cedência de viatura à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 721,67€ (setecentos e vinte e um euros e sessenta e sete cêntimos) e Conferência São Vicente Paulo, correspondendo o valor total de 118,09€ (cento e dezoito euros e nove cêntimos). \_\_\_\_\_

**4.2 PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – INICIO DO PROCEDIMENTO:**

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 28/2019, emitida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 28/2019:**

“Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da proteção civil, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que, nesta matéria, os bombeiros voluntários assumem um papel crucial na prestação de socorro às populações, em casos de incêndios, cheias e demais catástrofes. \_\_\_\_\_

Apesar do inequívoco reconhecimento do empenho e dedicação dos mesmos por parte da comunidade, os bombeiros voluntários defrontam-se com graves dificuldades, considerando-se que, atento o espírito de altruísmo, solidariedade e, não raras vezes, de heroísmo, merecem a concessão de alguns benefícios que, em alguma medida, enalteçam e registem o reconhecimento pela assunção de uma atividade de risco em nome de uma tão nobre causa como é a de velar pela segurança e bem-estar das populações que servem. \_\_\_\_\_

Nestes termos afigura-se pertinente a regulamentação da atribuição de um conjunto de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos que constituirá a criação de uma auto vinculação interna para o exercício de poderes discricionários de que o Município de Figueiró dos Vinhos é detentor enquanto autoridade administrativa, garantindo uma atuação uniforme e constituindo autotutela administrativa que permite o controlo de vícios de mérito e a salvaguarda, para além do mais, dos princípios da igualdade, da transparência e da imparcialidade. \_\_\_\_\_



**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

É assim intenção deste Município dar início ao procedimento de elaboração do projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos, nos termos do artigo 98.º n.º 1 do código de procedimento administrativo, aprovado pela lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, promovendo-se a consulta a todos os potenciais interessados, para que estes se possam constituir como tal e possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento. \_\_\_\_\_

Findo esse procedimento e analisadas e tomadas em consideração eventuais constituições como interessados ou apresentação de contributos para a elaboração do regulamento, o projeto será submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do artigo 33.º e alínea g) do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

Nestes termos PROponho que a Câmara Municipal delibere que: \_\_\_\_\_

1- Seja dado início ao procedimento de elaboração do projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos; \_\_\_\_\_

2- Se promova a consulta, por edital, a todos os interessados, pelo prazo de 8 dias úteis, após a aprovação pela Câmara Municipal, para que estes se possam constituir como interessados, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do C.P.A. e possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento; \_\_\_\_\_

3 – A constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: juridico@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Constituição como interessado ou Apresentação de Sugestões – projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este assunto apresentou uma Declaração de Voto que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto**

Vem hoje a esta reunião de câmara a proposta de deliberação nº28/2019 para início do procedimento conducente ao Projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

Na reunião de câmara de 9 de maio de 2018 o PSD apresentou uma proposta de recomendação à Câmara para

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

este efeito que foi ignorada. Quase um ano depois e após várias chamadas públicas de atenção para a premência deste, a aprovação do início do procedimento do regulamento dos benefícios aos Bombeiros, nesta reunião, só peca por tardia. Mas já é um começo. \_\_\_\_\_

O Partido Social Democrata consciente da importância da atividade desenvolvida pelos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos entende que este reconhecimento deve ser materializado em medidas concretas a determinar num Regulamento próprio e criado para o efeito. Bem-vindo Sr. Presidente, a este nosso desígnio e ao de todos os Bombeiros. Foi pena que demorasse tanto tempo a reconhecer os méritos dessa nossa proposta e não fizesse aquilo que outros Municípios já fizeram há muito. Enquanto isso perderam os Bombeiros que não viram o regulamento aprovado e os benefícios em vigor. Chegou com quase um ano de atraso, mas mais vale tarde do que nunca. Bem-vindo, pois, a esta nossa causa. \_\_\_\_\_

O PSD já deu em sede própria e no dia 9 de maio de 2018 o seu contributo apresentando, por escrito, nessa reunião, as medidas que considerava importantes que integrassem este regulamento e que pretendem não só reconhecer o trabalho meritório dos nossos Bombeiros, bem como incentivá-los à permanência nos quadros da nossa corporação e motivar a adesão de novos homens e mulheres a esta nobre causa. \_\_\_\_\_

O PSD vota favoravelmente o início do procedimento - Projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 25 de março de 2019 \_\_\_\_\_

Luís Filipe Silva

Vereador”

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, relativamente à proposta de Regulamento direcionado para apoio aos Bombeiros Voluntários, saudou a elaboração do mesmo, congratulou-se por finalmente esta matéria ser objeto de regulamentação específica, sendo certo que até aos dias de hoje nenhum Executivo (tendo ele próprio integrado um deles entre 2009 e 2013) tenha tido a iniciativa de proceder de molde a que de forma transparente e clara se especificasse num documento as regalias e apoios a conceder às mulheres e homens que dão a sua vida pela comunidade nas situações de crise e de maior risco para as populações que servem de forma desinteressada e altruísta. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, no que respeita a este assunto, questionou o Sr. Vereador Filipe Silva, o que fez para que aqueles incentivos fossem uma realidade, enquanto Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários, dado que, pelo que sabe, nunca teve qualquer iniciativa para que esta medida fosse tomada, nem com o atual

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

executivo nem com o anterior. Referiu que, efetivamente, nunca fez chegar nenhuma proposta nesse sentido, adiantando que justiça seja feita à atual direção dos Bombeiros, que na pessoa do Sr. Presidente Dr. José Carlos Quintas, logo após a sua tomada de posse, promoveu de imediato uma reunião com a maioria deste Executivo para tratar do assunto que agora veio a Reunião de Câmara. Disse ainda ao Sr. Vereador que é muito fácil exigir aos outros o que nunca fizeram. \_\_\_\_\_

Como em tantas outras medidas levadas a cabo pelo atual executivo, o que o Sr. Vereador faz é tentar colar-se às mesmas e chamar a si a iniciativa, referindo que, na verdade, o que estão a fazer é dar seguimento ao que se propuseram quando apresentaram o seu programa eleitoral, e se comprometeram, já nessa altura, a atribuir estes justos benefícios aos Bombeiros. Não tendo sido possível fazê-lo mais cedo, vão avançar agora, sendo sem dúvida uma necessidade premente. Finalizou, referindo que estão todos de parabéns, o Regulamento só trará vantagens aos Bombeiros Voluntários motivando-os a si e às suas famílias. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, disse que faz parte deste Executivo, quando aprova está vinculado a elas, a decisão é da Câmara Municipal. Lembrou mais uma vez que foi em maio de 2018 e como Vereador que apresentou uma Proposta de recomendação para que fossem tomadas as medidas que considerava importantes e que integrassem este regulamento e que pretendem reconhecer o trabalho meritório dos Bombeiros, não estando para avaliar executivos anteriores. Adiantou ao Sr. Presidente que enquanto esteve nos Bombeiros, muito trabalho foi feito e avaliado pelos sócios, lembrando que fez muitas reuniões de trabalho profícuo. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, referiu que, quando o Sr. Vereador disse que não está para avaliar os executivos anteriores, convém que demonstre alguma coerência, lembrando que já várias vezes questionou a atuação do mandato anterior, pondo em causa, por exemplo, as viagens que foram feitas pelo Executivo anterior, tendo inclusivamente pedido esclarecimentos à maioria do Executivo, as quais lhe foram facultadas. \_\_\_\_\_

**A Câmara Municipal**, depois destas considerações deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a Proposta de Deliberação n.º 28/2019, dando início ao procedimento de elaboração do projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos, promovendo a consulta, por edital, a todos os interessados,

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

pelo prazo de 8 dias úteis, para que estes se possam constituir como interessados, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do C.P.A. e possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento. A constituição como interessados e os contributos devem ser dirigidos ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: juridico@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Constituição como interessado ou Apresentação de Sugestões – projeto de regulamento municipal de atribuição de benefícios sociais aos Bombeiros Voluntários do concelho de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

**4.3 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DE PROTEÇÃO E SAÚDE ANIMAL E DE SEGURANÇA DOS ALIMENTOS – DECRETO-LEI N.º 20/2019 DE 30 DE JANEIRO:** Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 32/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 32/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que concretiza a transferência de novas competências, identifica a respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

*“Artigo 2.º*

***Transferência de competências no domínio da proteção e saúde animal de animais de companhia***

- 1 - Compete ao presidente da câmara municipal, no domínio da proteção e saúde animal, relativamente aos animais de companhia:*
- a) Receber a comunicação prévia relativa aos centros de recolha e alojamento para hospedagem de animais de companhia prevista no artigo 3.º-A do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual, que deverá ser transmitida à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para efeitos de atribuição de número nacional de identificação e registo, no âmbito da base de dados de gestão dos animais de companhia;*
  - b) Autorizar os alojamentos para hospedagem com fins lucrativos destinados à reprodução e criação de animais*

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

- potencialmente perigosos, nos termos do artigo 3.º-B do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual;
- c) Autorizar a realização de concursos e exposições, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro;
  - d) Autorizar a detenção de animais de companhia em prédios urbanos em número superior a três cães e quatro gatos adultos por cada fogo, e até ao máximo de seis animais adultos, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro;
  - e) Determinar a realização de ações ou campanhas públicas de profilaxia médica e sanitária, destinadas a manter a vigilância sanitária e combater a zoonoses, referidas no Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro.

2 - A prestação do serviço público local mencionado no número anterior está sujeita ao pagamento de taxas, a fixar pelos municípios nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, e que constituem sua receita própria.

3 - Compete ao presidente da câmara municipal mandar instruir e decidir os processos de contraordenação, incluindo a aplicação de sanções acessórias, relativos às infrações e sanções previstas:

- a) Nos artigos 68.º e 69.º do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, na sua redação atual, exceto a instrução e decisão dos processos relativos à alínea f) do n.º 2 do mesmo artigo 68.º do referido decreto-lei;
- b) No n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de dezembro.

4 - O produto das coimas dos processos contraordenacionais referidos no número anterior constitui receita do município, deduzido de 10 /prct., que serão afetos à entidade autuante se diferente deste.

**Artigo 3.º****Transferência de competências no domínio da proteção e saúde animal de animais de produção**

1 - Compete ao presidente da câmara municipal, no domínio da proteção e saúde animal, relativamente aos animais de produção:

- a) Exercer as competências da entidade coordenadora, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual, incluindo o registo e a alteração do registo no âmbito da classe 3 do regime de exercício da atividade pecuária, previsto no artigo 3.º e no anexo I do referido decreto-lei;
- b) Proceder ao registo da detenção caseira de espécies pecuárias, nos termos da alínea j) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- c) Assegurar o controlo do cumprimento dos requisitos da atividade referida na alínea a) e da detenção caseira referida na alínea b) do presente número, designadamente nos termos dos artigos 37.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- d) Assegurar o controlo do bem-estar e sanidade animal dos efetivos ou populações da classe 3 e detenção caseira, nos termos, designadamente, do Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, na sua redação atual.

2 - A prestação do serviço público local mencionado nas alíneas a) e b) do número anterior está sujeita ao pagamento de taxas a fixar pelos municípios, nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, e que constituem sua receita própria.

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual, compete ao presidente da câmara municipal mandar instruir e decidir os processos contraordenacionais, incluindo a aplicação de sanções acessórias, por violação do disposto nas alíneas d), e), h), i), j), m) e n) do n.º 1 do artigo 46.º do referido decreto-lei, no que respeita às explorações pecuárias da classe 3, constituindo o produto das respetivas coimas receita do município, deduzido de 10 /prct., que serão afetos à entidade autuante se diferente deste. 1 - Compete ao presidente da câmara municipal, no domínio da proteção e saúde animal, relativamente aos animais de produção:

- a) Exercer as competências da entidade coordenadora, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual, incluindo o registo e a alteração do registo no âmbito da classe 3 do regime de exercício da atividade pecuária, previsto no artigo 3.º e no anexo I do referido decreto-lei;
- b) Proceder ao registo da detenção caseira de espécies pecuárias, nos termos da alínea j) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- c) Assegurar o controlo do cumprimento dos requisitos da atividade referida na alínea a) e da detenção caseira referida na alínea b) do presente número, designadamente nos termos dos artigos 37.º, 39.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- d) Assegurar o controlo do bem-estar e sanidade animal dos efetivos ou populações da classe 3 e detenção caseira, nos termos, designadamente, do Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, na sua redação atual.

2 - A prestação do serviço público local mencionado nas alíneas a) e b) do número anterior está sujeita ao pagamento de taxas a fixar pelos municípios, nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, e que constituem sua receita própria.

3 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual, compete ao presidente da câmara municipal mandar instruir e decidir os processos contraordenacionais, incluindo a aplicação de sanções acessórias, por violação do disposto nas alíneas d), e), h), i), j), m) e n) do n.º 1 do artigo 46.º do referido decreto-lei, no que respeita às explorações pecuárias da classe 3, constituindo o produto das respetivas coimas receita do município, deduzido de 10 /prct., que serão afetos à entidade autuante se diferente deste.

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)****Artigo 4.º*****Transferência de competências no domínio da segurança dos alimentos***

1 - Compete ao presidente da câmara municipal, no domínio da segurança dos alimentos, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades, nomeadamente à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), e da adoção de medidas coercivas pela autoridade competente em caso de incumprimento, nos termos do artigo 54.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, e com respeito pelo disposto no n.º 5 do artigo 5.º do presente decreto-lei:

- a) Atribuir o registo ou a aprovação, expressos no número de controlo ou número de identificação individual, a estabelecimentos industriais que explorem atividade agroalimentar que utilizem matéria-prima de origem animal não transformada, ou atividade que envolva manipulação de subprodutos de origem animal ou atividade de fabrico de alimentos para animais, no quadro da aplicação do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual, bem como ordenar a execução dos controlos destinados a verificar a manutenção das condições da respetiva atribuição, sempre que a câmara municipal seja a entidade coordenadora do procedimento;
- b) Executar os planos de controlo oficiais referidos na alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 31/2012, de 13 de março, na sua redação atual, nos estabelecimentos de transformação de géneros alimentícios, em que a câmara municipal seja entidade coordenadora no âmbito do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual;
- c) Vistoriar a manutenção das condições hígido-sanitárias nos estabelecimentos cujo regime de exercício da atividade esteja sujeito a parecer da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, nos termos do n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual;
- d) Executar os controlos aos estabelecimentos de distribuição e venda de carnes e seus produtos, previstos no Decreto-Lei n.º 147/2006, de 31 de julho, na sua redação atual, sem prejuízo das competências atribuídas à ASAE no âmbito desse diploma;
- e) Executar os controlos oficiais das condições sanitárias dos estabelecimentos pecuários em que a câmara municipal seja a entidade coordenadora ao abrigo do regime de exercício de atividade, nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual;
- f) Proceder à inspeção sanitária prevista no capítulo II, secção I, do anexo I do Regulamento n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, nos estabelecimentos de abate de animais destinados à produção de carne para alimentação humana, em que a câmara municipal seja a entidade coordenadora ao abrigo do regime de exercício da atividade, nos termos do anexo III do SIR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, na sua redação atual;
- g) Autorizar o fornecimento a que respeita o artigo 6.º da Portaria n.º 74/2014, de 20 de março, bem como controlar os fornecimentos a que respeitam os artigos 4.º a 6.º da referida portaria.

2 - Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, a prestação do serviço público local mencionado no número anterior está sujeita ao pagamento de taxas a fixar pelos municípios nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais, e que constituem sua receita própria.

3 - Compete ao presidente da câmara municipal, no âmbito das competências que lhe são atribuídas no n.º 1, fiscalizar, mandar instruir e decidir os processos de contraordenação, incluindo a aplicação de sanções acessórias, relativos às infrações previstas:

- a) No artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, na sua redação atual;
- b) No artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 147/2006, de 31 de julho, na sua redação atual;
- c) No artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 178/2008, de 26 de agosto;
- d) No artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, na sua redação atual.

4 - O produto das coimas dos processos contraordenacionais referidos no número anterior constitui receita do município.

**Artigo 5.º*****Médico veterinário municipal***

1 - As competências previstas nas alíneas a), b), c), e) e f) do n.º 1 do artigo 4.º do presente decreto-lei podem ser asseguradas, nos termos do n.º 5, através do médico veterinário municipal, devidamente habilitado pela DGAV, enquanto autoridade competente nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 854/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, do n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, e da alínea e) do artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 183/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de janeiro de 2005, o qual assume, para esses efeitos, a qualidade de veterinário oficial, nos termos da referida regulamentação europeia.

2 - A habilitação do médico veterinário municipal enquanto veterinário oficial para os efeitos do número anterior é feita por despacho do Diretor-Geral de Alimentação e Veterinária, uma vez verificados os requisitos do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004.

3 - Fora do regime de habilitação previsto no n.º 1 do presente artigo, e ao abrigo dos poderes conferidos pelo Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de maio, são também asseguradas, através do médico veterinário municipal, a verificação das condições de que depende a atribuição do registo ou aprovação constantes da alínea a) do n.º 1 do artigo anterior, bem como a realização das vistorias, controlos e inspeções constantes das demais alíneas do n.º 1 do mesmo artigo.

4 - Nos termos previstos no número anterior, são ainda asseguradas, através do médico veterinário municipal, a verificação das condições de que dependem as autorizações referidas nas alíneas b) a d) do n.º 1 do artigo 2.º, bem como a verificação das condições de que depende a atribuição do registo referida na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º e a realização dos controlos referidos nas alíneas c) e d) do n.º 1 do mesmo artigo.

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

5 - As competências exercidas, através dos médicos veterinários municipais, que sejam desenvolvidas em regime de colaboração ou do estabelecimento de programas ou planos de atuação com órgãos ou serviços da Administração direta ou indireta do Estado, nomeadamente com a autoridade sanitária veterinária nacional, através da realização de controlos oficiais na qualidade de veterinário oficial, ou por qualquer outra forma, dependem de prévia autorização do presidente da câmara municipal ou do vereador, dirigente ou trabalhador com competências delegadas, que se considera tacitamente deferida no prazo de 10 dias.

6 - A prestação dos serviços mencionados no presente artigo está sujeita ao pagamento de taxas, a fixar pelos municípios nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.

7 - Mediante prévia autorização do presidente da câmara, os médicos veterinários municipais podem exercer funções em mais do que um município, sendo as despesas com a respetiva remuneração e outras prestações pecuniárias suportadas na proporção do tempo de trabalho prestado a cada município."

De acordo com o conjuntura atual, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos tem vindo a desenvolver e a assegurar, no quadro das competências já vigentes, diversas atividades na área da higiene e saúde pública, através da promoção de ações de rastreio e controlo sanitário, proceder dentro da inspeção sanitária a exames clínicos e diagnósticos, promover ou administrar no âmbito das competências municipais tratamentos médicos ou cirúrgicos para debelar ou prevenir doenças dos animais, entre outras. \_\_\_\_\_

Analizado o conteúdo das competências a transferir bem como o respetivo regime legal previsto, constata-se naturalmente uma tendência crescente da abrangência das matérias, das responsabilidades e obrigações até então asseguradas pelo Município, contudo, considerando o parecer dado pelo veterinário municipal, o quadro de transferências de competências em causa, pese embora seja naturalmente necessário proceder a alguns ajustamentos ao nível administrativo, será benéfico para os utentes do Concelho a sua aceitação, uma vez que, do seu ponto de vista, se confere maior celeridade à resolução dos seus problemas e necessidades dada a proximidade do órgão de decisão, contrariamente ao cenário atual, que conforme refere, tendo em conta o acompanhamento atual que é dado aos diversos processos cuja competência se encontra centralizada atualmente na Direção Geral de Alimentação e Veterinária, para além de burocrática a tramitação de processos, é notória a morosidade na tomada de decisão. \_\_\_\_\_

Pelo exposto, parece-nos ser de interesse para o Município a aceitação da transferência de competência previstas no presente diploma, uma vez que se trata de matérias que de forma geral, vêm conferir melhor qualidade de prestação de serviços veterinários e afins previstos no diploma. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

Nestes termos, \_\_\_\_\_

**PROPONHO:** \_\_\_\_\_

1. Que a Câmara Municipal delibere pela aceitação de transferência de competências no domínio de

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos para os órgãos municipais; \_\_\_\_\_

2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, as presentes propostas sejam remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 1 de abril de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 20/2019 de 30 de janeiro; \_\_\_\_\_
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, em relação aos pontos 4.3 e 4.4, referiu que a sua posição é única e nos mesmos termos da que tomou na Reunião Extraordinária de 18/01/2019, e que deixou vertida em ata, votando favoravelmente os dois pontos. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, também se pronunciou em relação aos dois pontos, votando favoravelmente os mesmos. \_\_\_\_\_

**A Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a aceitação de transferência de competências no domínio de proteção e saúde animal e de segurança dos alimentos para os órgãos municipais, submetendo a presente proposta ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

Mais deliberou aprovar em minuta esta deliberação, para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_



- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**4.4 TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA CULTURA – DECRETO-LEI N.º 22/2019 DE 30 DE JANEIRO:** Sobre

este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 33/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 33/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, que concretiza a transferência de novas competências, identifica a respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 22/2019 de 30 de Janeiro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Cultura. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 22/2019 de 30 de Janeiro, em matéria de transferência de competências o seguinte:

**“Artigo 2º.**

**Competências**

1 — É da competência dos Órgãos Municipais:

- a) A gestão, valorização e conservação dos imóveis, que sendo classificados, se consideram de âmbito local, identificados no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante;
- b) A gestão, valorização e conservação de museus nacionais, identificados no anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante;
- c) O controlo prévio e fiscalização de espectáculos de natureza artística;
- d) O recrutamento, selecção e gestão dos trabalhadores afectos ao património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local e aos museus que não sejam denominados museus nacionais.

2 – Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se de âmbito local os imóveis classificados do Estado com significado predominante para o respectivo município

**Artigo 4º.**

**Exercício de competências**

1 - Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal., sem prejuízo da competência da assembleia municipal nos casos sujeitos à apreciação do órgão deliberativo.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, compete às câmaras municipais:

- a) Gerir monumentos, conjuntos e sítios que lhes estejam afectos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público;
- b) Acompanhar, nos termos da Lei, as acções de salvaguarda e valorização do património cultural que lhe está afecto;
- c) Submeter a apreciação da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) ou das direcções regionais da cultura, consoante os casos, os estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais, que lhes estejam afectos, ou em vias de classificação, bem como, no caso dos imóveis, nas respectivas zonas de protecção.
- d) Promover, apoiar e colaborar na inventariação sistemática e actualizada dos bens que integram o património cultural;
- e) Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural.
- f) Proceder à inventariação de manifestações culturais tradicionais imateriais, individuais e colectivas, com relevância para a área do município;
- g) Articular-se com outras entidades públicas ou privadas que prossigam objectivos afins na área do município;
- h) Assegurar o reconhecimento do acesso dos detentores dos bens culturais aos benefícios decorrentes da classificação ou inventariação;
- i) Assegurar a gestão integrada das colecções que constituem o acervo dos museus sob sua gestão;
- j) Autorizar a cedência temporária de espaços nos imóveis ou nos museus sob sua gestão, de acordo com as condições a fixar em regulamento municipal e, no caso dos imóveis de interesse nacional ou de interesse público, após parecer vinculativo da

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

DGPC;

- k) *Autorizar a cedência de imagens, de captação de imagens e de filmagens que envolvam os imóveis ou os museus sob sua gestão, de acordo com as condições a fixar em regulamento municipal e, no caso de imóveis de interesse nacional ou de interesse público, após parecer vinculativo da DGPC;*
  - l) *Receber as meras comunicações prévias de espectáculos de natureza artística;*
  - m) *Fiscalizar a realização de espectáculos de natureza artística.*
- 3 – *Para efeitos do disposto no número anterior, os municípios aderem à plataforma electrónica que suporta a tramitação desmaterializada dos procedimentos a que se refere o Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de Fevereiro.*

**Artigo 5º**

**Receitas dos municípios**

1 – *Constitui receita do município:*

- a) *A receita obtida com a utilização de espaços e a captação e imagem e realização de filmagens, que envolvam os imóveis e os museus sob a sua gestão;*
- b) *O produto da cobrança de ingressos, nos imóveis e museus sob sua gestão;*
- c) *O produto das taxas devidas pelas meras comunicações prévias de espectáculos de natureza artística.*

2 – *Os valores de ingresso e respectivas isenções nos imóveis e museus sob gestão municipal são fixados nos termos do disposto no artigo 21º. Do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual."*

Analizado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos tem na prática vindo a assumir a promoção de programação cultural local, bem como a gestão, valorização e conservação do património cultural, nomeadamente a gestão, valorização e conservação do museu e centro de artes e património cultural outras entidades, que não o Estado, tanto no que respeita à infraestrutura, como também no que se refere à gestão dos recursos humanos que estão afetos ao seu funcionamento, sendo certo que se verifica também já, na generalidade das situações que o Município tem atuado no âmbito do controlo prévio e fiscalização de espetáculos de natureza artística. \_\_\_\_\_

Acresce que não é conhecido na área do concelho de Figueiró dos Vinhos Património cultural estatal que possa ser objeto de transferência no âmbito desta proposta de transferência de competências que agora é objeto de análise. \_\_\_\_\_

Finalmente, presume-se estarmos perante um quadro que porventura determinará contrapartidas financeiras compensatórias por parte do Estado, podendo no futuro o Município delas beneficiar se aceitar estas competências para as quais já concorre com recursos próprios e sem quaisquer outro tipo de contrapartidas, nomeadamente financeiras. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:** \_\_\_\_\_

1. Que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de aceitação da transferência de competências no

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

domínio da cultura. \_\_\_\_\_

2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 1 de abril de 2019 em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 22/2019 de 30 de janeiro; \_\_\_\_\_
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**A Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de aceitação da transferência de competências no domínio da cultura, submetendo, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais deliberou aprovar em minuta esta deliberação, para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**5. GABINETE DE APOIO AO INVESTIMENTO**

**5.1 PARQUE EMPRESARIAL DO CAMELEIRO – PAULO SÉRGIO SIMÕES ASSUNÇÃO:**

Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 29/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a autorização de hipoteca sobre o Lote 17A de Paulo Sérgio Simões Assunção, NIF 195 968 867, cumpridas que são as normas aplicáveis, concretamente as que dispõe o *Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento*. \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 29/2019:**

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

Paulo Sérgio Simões Assunção, NIF 195 968 867, é proprietário do lote 17 A conforme escritura celebrada com o Município de Figueiró dos Vinhos em 17.05.2018 concretizando o processo de candidatura no âmbito do *Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento*. \_\_\_\_\_

O requerente pretende autorização escrita para proceder à hipoteca voluntária do mesmo para obtenção de financiamento junto de instituição bancária e que conforme disposto no contrato de compra e venda e no Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento essa pretensão carece de autorização da Câmara Municipal. \_\_\_\_\_

O projeto de investimento encontra-se em desenvolvimento, conforme é verificável no local com a construção das instalações e esta autorização é essencial para a concretização do investimento privado, cumpridas que são as normas aplicáveis, concretamente as que dispõe o *Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento*.

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

PROPOMOS que a Câmara Municipal, pelos motivos acima expostos delibere pela aprovação da autorização de hipoteca sobre o Lote 17A de Paulo Sérgio Simões Assunção, NIF 195 968 867, cumpridas que são as normas aplicáveis, concretamente as que dispõe o *Regulamento do Programa de Apoio ao Investimento*”.

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**6. UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**6.1. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM A SEGURANÇA SOCIAL REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 14/03/2019:**

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 39/SF/2019 datada de 14/03/2019 no valor de 361,41€ (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 14/03/2019 relativo aos custos com a segurança social do mês de janeiro de 2019, no valor de 361,41€ (trezentos e sessenta e um euros e quarenta e um cêntimos). \_\_\_\_\_

**6.2 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE – CUSTOS COM OS VENCIMENTOS REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2019 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 14/03/2019:**

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 40/SF/2019 datada de 14/03/2019 no valor de 1.859,18€ (mil oitocentos e cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos), deliberou por unanimidade ratificar o Despacho do Sr. Presidente datado de 14/03/2019 relativo aos custos com os vencimentos do mês de fevereiro de 2019, no valor de 1.859,18€ (mil oitocentos e cinquenta e nove euros e dezoito cêntimos). \_\_\_\_\_

**6.3 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**

**6.3.1 PEDIDO DE APOIO PARA VISITA DE ESTUDO À FUTURÁLIA – FIL PARQUE DAS NAÇÕES – ALUNOS DO 12.º ANO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO:**

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 200,00€ (duzentos euros). \_\_\_\_\_

**6.3.2 PEDIDO DE APOIO PARA VISITA DE ESTUDO A BARCELONA – ALUNOS DO 10.º, 11.º E 12.º:**

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de 50,00€ (cinquenta euros) por cada aluno, correspondendo a 33 (trinta e três) alunos, perfazendo o valor total de 1.650,00 euros (mil seiscentos e cinquenta euros). \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**7.UNIDADE ORGÂNICA OBRAS MUNICIPAIS**

**7.1 “EDIFICAÇÕES/CONSTRUÇÕES MUNICIPAIS – SUBSTITUIÇÃO DA COBERTURA DO ESTALEIRO MUNICIPAL DO CABEÇO DO PEÃO” – RECEÇÃO**

**PROVISÓRIA:** Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 30/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a aceitação do auto de receção provisória da empreitada referenciada em epígrafe, iniciando nessa data a contagem do prazo de garantia da obra. \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 30/2019:**

“Considerando que: \_\_\_\_\_

Após a conclusão dos trabalhos de execução da obra “Edificações/construções municipais – Substituição da cobertura do estaleiro Municipal do Cabeço do Peão”, e após uma primeira vistoria em que se verificou que os trabalhos não estavam em condições, foi realizada nova vistoria ao local da execução dos trabalhos, pelos representantes do município e do adjudicatário, Odraude – Construção Civil e Obras Públicas, SA, tendo sido elaborado e assinado o respetivo auto de receção provisória da obra, nos termos dos artigos 394.º a 396.º do CCP – Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

Na data da assinatura do auto da receção provisória, iniciou-se ainda a contagem do prazo de garantia da obra, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra, de acordo com o artigo 397.º do CCP: \_\_\_\_\_

Nestes termos, \_\_\_\_\_

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere pela aceitação do auto de receção provisória da empreitada “Edificações/construções municipais – Substituição da cobertura do estaleiro Municipal do Cabeço do Peão”, iniciando nessa data a contagem do prazo de garantia da obra”. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**8. GABINETE DE GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO**

**8.1 CERTIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPROPRIEDADE – ARTIGO N.º 54, DA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO, DO ARTIGO MATRICIAL N.º 11886-R, SITO EM CAVADINHA, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS E BAIRRADAS E CONCELHO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS:**

Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação N.º 31/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, emitindo parecer favorável para a constituição de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial n.º 11886-R, sito em Cavadinha, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos, não podendo contudo desta situação, resultar o parcelamento físico da mesma em virtude da parcela não se situar em perímetro urbano, e não ser viável a sua divisão física de acordo com a legislação em vigor nesta data: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação N.º 31/2019:**

“José Manuel Esteves Simões Costa, na qualidade de proprietário, com residência na Estrada a Ribeira, 689, Condomínio dos Pinheiros, Casa 5 - Alcabideche, veio, através do requerimento com o registo de entrada n.º 61, em 19.03.2019, requerer o pedido de certidão de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial n.º 11886-R, sito em Cavadinha, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

Considerando as informações emitidas no âmbito do procedimento de instrução no gabinete de gestão urbanística e planeamento, cumpre à câmara municipal deliberar a emissão de um ato sobre o local da situação do prédio, de acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, para efeitos de constituição de compropriedade. \_\_\_\_\_

Nestes termos, PROPÕE-SE que a Câmara Municipal delibere: \_\_\_\_\_

- Emitir parecer favorável para a constituição de compropriedade do prédio inscrito com o artigo matricial n.º 11886-R, sito em Cavadinha, da união das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas e concelho de Figueiró dos Vinhos, não podendo contudo desta situação, resultar o parcelamento físico da mesma em virtude da parcela não se situar em perímetro urbano, e não ser viável a sua divisão física de acordo com a legislação em vigor nesta data; segundo o parecer técnico – informação n.º 45/GGUP/2019/RJUE de 19 de março de 2019”. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**9. GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**

**9.1 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AS AÇÕES DE (RE)ARBORIZAÇÃO**

**9.1.1 PROPONENTE: LILIE TE HENRIQUES DAVID OLIVEIRA MENEZES - MORADA: MÓ GRANDE – PEDRÓGÃO GRANDE - PROPRIEDADE: CASAL DE SANTARÉM - ÁREA DA EXPLORAÇÃO: 0,39HA – ÁREA A INTERVENCIONAR: 0,39HA:**

A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna n.º 02/2019 datada de 19/03/2019, emitida pelo Técnico Superior Eng.º Florestal Filipe Silva, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável. \_\_\_\_\_

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, não participou na discussão e votação deste assunto por razões profissionais, enquanto técnico da autarquia, tendo-se na altura ausentado da Sala de Reuniões. \_\_\_\_\_

**Informação Interna n.º 02/2019:** \_\_\_\_\_

**PARECER** \_\_\_\_\_

**Assunto:** Autorização prévia para as ações de arborização \_\_\_\_\_

**Proponente:** Liliete Henriques David Oliveira Menezes \_\_\_\_\_

**Morada:** Mó Grande – 3270 – 075 Pedrógão Grande \_\_\_\_\_

**Propriedade:** Casal de Santarém - **Área da Exploração:** 0,39 ha - **Área a Intervencionar:** 0,39 há \_\_\_\_\_

Prevê o projecto florestal em epígrafe, disponível na plataforma SI-ICNF a arborização de uma área total de **0,39ha**, constituída por uma parcela, localizada no lugar de Casal de Santarém, pertencente à circunscrição administrativa da União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas. Trata-se de uma parcela ocupada atualmente por matos e pastagem espontânea. Pretende a proponente arborizar aquela parcela com recurso à espécie *Paulownia* (*Paulownia tomentosa*), sendo que estamos perante uma espécie pouco comum e de reduzida utilização na nossa região. É no entanto recomendada por técnicos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) salientando que esta é uma espécie exótica que se enquadra no Decreto-lei 565/99, de 21 de Dezembro (versão atualizada) que regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna. Refere mesmo este diploma no seu anexo, tratar-se de uma espécie não indígena com interesse para a arborização. \_\_\_\_\_

Relativamente ao pedido de arborização e atendendo à área em causa 0,39 hectares, segundo a Lei n.º 77/2017, de 17 de Agosto (versão atualizada), qualquer ação de arborização (em terreno que nos últimos dez anos não tenha tido qualquer ocupação florestal) ou rearborização carece de autorização, no entanto estão isentas de pedido áreas inferiores a 0,5 hectare, **o que é o caso.** \_\_\_\_\_



**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

Quanto ao enquadramento das ações no PMOT e PMDFCI, importa destacar: \_\_\_\_\_

**Enquadramento em PDM**

De acordo com a localização apresentada e segundo a Planta de Ordenamento relativamente à classificação e qualificação do solo a parcela encontra-se classificada como Aglomerado Rural e em termos de Zonamento Acústico como zona mista. Relativamente à Planta de Condicionantes, a parcela confina com uma servidão Rede Viária – 6 metros. Em termos de Risco de Incêndio a parcela não se encontra identificada como tendo Risco de Incêndio. \_\_\_\_\_

Recomenda-se contudo, que o plano de gestão e orientação futuro atenda às boas práticas silvícolas, conciliando a produção lenhosa com os valores ambientais presentes e a defesa da floresta contra incêndios.

**Enquadramento em PMDFCI**

Quanto ao PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) a parcela não foi percorrida por incêndios florestais nos últimos anos e não apresenta Risco de Incêndio Florestal. \_\_\_\_\_

Assim recomenda-se que as operações de instalação do novo povoamento salvaguardem sempre os valores do solo, dos recursos hídricos e da conservação da natureza, devendo a mobilização do solo, ser realizada segundo a curva de nível. \_\_\_\_\_

Posto isto, e atendendo às medidas de proteção referidas, consideramos que o projecto reúne as condições no sentido de merecer o nosso **parecer favorável**". \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)

**5. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezassete horas e dez minutos. \_\_\_\_\_

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim \_\_\_\_\_, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_

**O CHEFE DE DIVISÃO DA U.O.A.F.**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

|  |
|--|
|  |
|--|

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO DE 25 DE MARÇO DE 2019 (N.º 07/2019)**

|  |
|--|
|  |
|--|